

ISEG/UTL 22 Junho 2013

Senhor Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, Prof. António Cruz Serra

Senhor Presidente do conselho Geral da UTL, Professor Adriano Moreira

Senhor Presidente do ISEG, Prof. João Duque

Senhor Reitor da Universidade de Lisboa, Prof. António Nóvoa

Caros Colegas Professores e investigadores do ISEG e de outras Escolas

Caros funcionários da Reitoria da UTL e do ISEG

Caros familiares e amigos

Senhoras e Senhores

É certamente com alguma emoção que tomo a palavra nesta cerimónia. Já usei dela em variados púlpitos, incluindo os desta casa, mas hoje, aqui, a palavra assume solenidade especial e particular risco.

A solenidade decorre do contexto deste acto e do prestígio da Instituição universitária em que ele se realiza. É elevado o risco, porque intrínseco ao tema que escolhi para abordar nesta sessão – A crise da ciência económica e a legitimidade e a urgência de

ultrapassar a fronteira de um pensamento único, na investigação e no ensino da Economia.

Antes de abordar o tema, não posso deixar de aproveitar este momento privilegiado para tornar presentes algumas memórias e pronunciar algumas palavras de gratidão.

Quero começar por honrar a memória do Reitor Ramoa Ribeiro que ficará associado à iniciativa da atribuição desta distinção que hoje me é conferida de doutoramento *honoris causa*. Tem data de 16 Julho de 2011 a sua comunicação de que esta distinção havia merecido aprovação por parte do Senado da UTL.

Desejo também homenagear distintos professores do ISEG já falecidos, que, de um modo ou outro, marcaram a minha passagem por esta escola, primeiro como aluna no curso de Economia (1949-54) e, a partir de 1970, como colegas de docência, investigação e desempenho de diferentes tarefas de direcção. Lembro com admiração e saudade e honro a memória de todos eles, mas, recordo, em particular, os Professores António Pinto Barbosa, José Pires Cardoso, Adérito Sedas Nunes, Mário Murteira, Francisco Pereira de Moura e António Simões Lopes.

Devo ao Prof. Francisco Pereira de Moura a iniciativa de ter sido convidada em 1970 como Prof. Auxiliar do ISEG para aqui iniciar

uma nova cadeira no Curso de Economia com o título de Planeamento Social. Foi deste modo que se deu o meu ingresso no ISEG como Professora e o início da minha carreira docente universitária que só terminou com a minha aposentação em 1993, então com a categoria de Professora catedrática convidada.

Reconheço que a minha actividade docente, embora iniciada tardiamente, ocupou lugar de relevo na minha vida pessoal e profissional, mas devo dizer que ela muito beneficiou de outras actividades exercidas no âmbito da investigação aplicada e em sectores vários do planeamento e da gestão pública. Foram estes desempenhos que me proporcionaram, desde cedo, um contacto de proximidade com a vida real das pessoas, as suas condições de vida e de trabalho, os seus níveis desiguais de remuneração, as suas distintas oportunidades de acesso a bens fundamentais, como a educação e a saúde.

Foi a minha ligação ao conhecimento da economia real que muito contribuiu para que tivesse mantido, ao longo da minha carreira docente, uma visão da Ciência Económica necessariamente ligada à Ética e à Política e não desvinculada da situação concreta das pessoas e dos povos, do modo de produção e especialização produtiva, dos níveis e padrões de consumo em relação com a qualidade de vida, da repartição do rendimento e da riqueza e a sua

desigualdade, do papel do Estado na promoção do desenvolvimento e na regulação do mercado e correcção das respectivas disfuncionalidades. Foi, ainda, o conhecimento próximo da economia real que, conjugado com exigências de ordem ética, me levaram a questionar os indicadores macroeconómicos tradicionais, quando tomados como variáveis de desempenho da economia, em particular o PIB e as suas múltiplas declinações, e a procurar representações mais abrangentes, nomeadamente desocultando domínios da realidade socioeconómica omissos nas análises tradicionais.

Não me alongarei sobre este meu percurso de investigação e docência no domínio da Ciência Económica. O Prof. José Pereirinha fez uma apresentação generosa do meu perfil académico e profissional no qual deixou vincados os traços desta caminhada. Quero, aqui, agradecer-lhe, publicamente, as suas palavras que fazem jus aos laços de amizade académica que entre nós se foram criando desde a década de 70 e têm perdurado ao longo de muitos anos e a que não foi estranha a coincidência de um comum interesse em torno de temas ignorados ou mal vistos, pelo mainstreaming da Economia, como eram, então mais do que no presente, as questões da desigualdade da repartição do rendimento e da pobreza.

Decorre a atribuição deste grau académico num momento especial para a UTL, o da sua transição para uma Universidade maior, a recém-criada Universidade de Lisboa. Tive o privilégio, enquanto vogal do Conselho Geral da UTL, de acompanhar todo o processo de fusão e gostaria de, neste acto, expressar o meu regozijo e orgulho por este acontecimento, realizado em tempo record, mas sem sacrificar o rigor dos procedimentos e o envolvimento e a participação dos interessados. Isto só foi possível graças à competência, à dedicação e à persistência dos seus principais actores, designadamente dos dois Reitores, Prof. António Cruz Serra e Prof. António Nóvoa, a quem expresso a minha admiração e o meu reconhecimento.

A Universidade de Lisboa é, de agora em diante, uma entidade pública mais forte, capaz de encontrar e fazer valer novas sinergias a nível da interdisciplinaridade dos saberes e dos recursos potenciais para uma administração e gestão de excelência. Ficará, no futuro, melhor preparada para ombrear com outras universidades europeias e mundiais congéneres. Desejo – e espero – que a UL nasça com novas ideias e projectos de futuro, com redobrada determinação de reforçar a sociedade de conhecimento, com o propósito de estabelecer com a comunidade uma contratualização

virtuosa, sabendo colocar o conhecimento e a inovação ao serviço das pessoas, do progresso económico e social e do bem comum.

Não ignoro que o nosso País atravessa uma fase fortemente depressiva, que, para muitos portugueses e portuguesas, se traduz em desorientação, desânimo, desencorajamento e sentimento de impotência para enfrentar os desafios de uma crise cujos contornos persistem, sem solução à vista, mas que importa ter a coragem de superar. O projecto da futura UL em fase de implementação contraria a fatalidade e a resignação e merece, desde já, ser apresentado para o exterior como um sinal esperançoso e para dentro da academia como um gigantesco desafio.

A Ciência Económica

Gostaria de ilustrar esta perspectiva de futuro, aplicando-a ao nosso objecto de estudo, a Economia enquanto ciência.

Incluo-me no grupo dos cientistas sociais que reconhecem que, muito justamente, a Ciência Económica está sob suspeita, tanto por parte de alguns dos seus artífices, como pelo lado de algumas correntes de opinião pública e decisores políticos.

O que está em causa não é o pensamento económico em si o qual se considera relevante e indispensável para a melhor compreensão da realidade societal e do lugar que nela ocupa a organização e o

funcionamento da respectiva economia; tão pouco se põe em dúvida o papel coadjuvante que a Ciência Económica pode ter na definição de estratégias e medidas de política que viabilizem e promovam um desenvolvimento sustentável ao serviço do bem-estar colectivo e da qualidade de vida das pessoas, da coesão e da paz social, finalidades indissociáveis de uma democracia autêntica.

O que está em causa é que a Ciência Económica dominante se deixou capturar pelos interesses do capital financeiro e vem harmonizando as suas lógicas de construção científica com esses interesses, concentrando aí o seu olhar e o aperfeiçoamento das suas ferramentas analíticas e, do mesmo passo, desviando-se de outras hermenêuticas que privilegiem, por exemplo, a satisfação das necessidades das pessoas e do emprego dos respectivos recursos individuais e colectivos, a prossecução de finalidades de bem-estar individual e social, a equidade no acesso e na repartição dos bens, os processos de um desenvolvimento sustentável.

Nesta deriva ideológica, que, nas três últimas décadas, se tem vindo a impor, incluindo no meio académico, sob a capa de um pensamento único com pretensa validação científica, sobressaem a lógica de um comportamento dito “racional” baseado no mero interesse individual egoísta, a exaltação do mercado como

regulador único do conflito de interesses, a competitividade como motor de um crescimento económico ilimitado.

Num tal contexto, varrem-se para debaixo do tapete problemáticas essenciais, como, por exemplo, a intolerável pobreza de muitos no meio da abundância material e do progresso tecnológico hoje possível ou aceita-se, acriticamente, que o desemprego estrutural elevado figure nos modelos macroeconómicos como variável de ajustamento; subestimam-se as desigualdades crescentes entre estratos populacionais e entre diferentes territórios de par com a formação de fortunas avultadíssimas que se acumulam improdutivas e sem benefício colectivo; ignora-se como estas condicionam (ou, inclusive, determinam!) estilos perniciosos e predadores de padrões de consumo e propiciam um crescimento económico sem desenvolvimento sustentável.

A crise, que presentemente conhecemos nas economias desenvolvidas, vem-se manifestando desde o último quartel do século passado, mas, como é sabido, ganhou contornos particularmente agudos a partir de 2008, com a eclosão de uma crise no sistema financeiro de amplas proporções; a Ciência Económica dominante não se mostrou à altura de prevenir esta crise; nem, tão pouco, se revelou capaz de desenhar e impor, atempadamente, as medidas de correcção apropriadas.

A propensão ideológica para a exaltação do mercado em detrimento do papel regulador do Estado deixou que a crise se fosse arrastando no tempo e se aprofundasse e assumisse gigantescas proporções económicas e sociais, uma crise que se tornou sistémica e, por isso, se mostra cada vez mais difícil de ultrapassar.

Por outro lado, a adopção das medidas ditas de austeridade não se tem revelado uma solução benéfica; ao invés, a austeridade tem acentuado a transferência de valor do sector real da economia para o sector financeiro, com consequências negativas na desaceleração do investimento produtivo e no emprego; o défice das contas públicas engrossado por efeito das avultadas transferências de receitas do Estado para o sector financeiro e outros sectores rentistas tem implicado um severo esforço fiscal sobre os contribuintes, trabalhadores e pensionistas, acompanhado de uma subtil e cada vez mais aprofundada redução do perímetro das funções do estado social com conseqüente degradação da qualidade da provisão pública de bens em domínios essenciais como sejam a saúde, a educação e a segurança social.

Sob a capa do argumento da necessidade de conter os gastos do Estado, tem-se assistido a uma progressiva atrofia do estado social e à descaracterização do mesmo no que respeita à universalidade dos direitos como base da sua respectiva sustentação. Em

simultâneo, vem-se abrindo a porta a uma progressiva extensão das relações mercantis em domínios particularmente sensíveis do ponto de vista da concepção do estado democrático, nomeadamente a educação, os cuidados de saúde, a segurança social, bem como a prestação de serviços de proximidade às pessoas de maior poder aquisitivo, reservando ao papel do Estado uma protecção social mínima destinada aos indivíduos mais carenciados e, deste modo, pondo em causa o princípio da universalidade dos direitos a bens fundamentais

A Ciência Económica não é, seguramente, a única causa desta deriva que nos tem conduzido ao risco de um sério retrocesso civilizacional. Há, por certo, razões de ordem cultural, ética, institucional e política que concorrem para esta crise. Todavia, importa não ignorar que a Ciência Económica tem, em todo este processo, a sua quota-parte de responsabilidade. Assim sendo, a Economia deve, a meu ver, aceitar sentar-se no banco dos réus e ter a coragem de reconhecer o seu grau de responsabilidade na situação a que chegamos. Quanto mais cedo o souber fazer, tanto melhor e mais auspicioso será o seu futuro.

O ISEG tem tradição de algum pensamento crítico e o seu corpo académico dispõe de um potencial de pluralismo científico disciplinar, que deve ser reconhecido e valorizado, podendo

apresentar-se à comunidade científica e à sociedade em geral, sem complexos de heterodoxia, mas antes como uma mais valia para a elaboração de um indispensável pensamento económico plural.

Aos estudantes, o ISEG tem condições para oferecer uma visão crítica construtiva que denuncie uma Ciência económica assente em falsas verdades como sejam a eficiência absoluta dos mercados (por via de regra concebidos sem imperfeições ...) ou o pseudo comportamento racional dos indivíduos baseado num mero interesse crematístico dos sujeitos económicos e desconsiderando a dimensão empática dos mesmos.

Através do cultivo e do ensino de uma ciência plural e crítica, a mais antiga escola de Economia do País tem créditos para sensibilizar os novos economistas em formação a importância do conhecimento da economia real, bem como para despertar neles o apreço pelas pessoas e o seu bem-estar e, deste modo, fomentar nos futuros profissionais da economia e da gestão a responsabilidade pelo empenho em promover o desenvolvimento sustentável dos territórios e das populações que neles vivem. Em suma, o ISEG tem condições para reabilitar estas temáticas como objecto primordial da Economia que nasceu como a ciência da “boa gestão da casa” e ligada à “teoria dos sentimentos morais”.

Por outro lado, a integração do ISEG na futura Universidade de Lisboa pode constituir um incentivo a que se cruzem saberes de diferentes áreas disciplinares e que a Ciência Económica saia enriquecida, por efeito de novas sinergias criadas graças a uma fertilização recíproca entre diferentes ramos do saber. Em particular, antevejo que a Ciência Económica poderá enriquecer-se com o conhecimento que lhe advenha de maior contacto com a História, a Geografia, a Sociologia ou a Psicologia social.

Acima de tudo, reputo do maior interesse que a Ciência Económica se reconcilie com a Ética e aceite explicitar – sem pudor - os seus princípios básicos e os valores daí decorrentes, integrando-os nos seus raciocínios, nos pressupostos das lógicas dos modelos que constrói e, sobretudo, no desenho das políticas que neles fundamenta.

Que futuro para Portugal?

Sei que não devo alongar-me nesta alocução protocolar, mas não me perdoaria a mim mesma se deixasse fugir esta oportunidade sem uma palavra relativamente à situação particular do nosso País e às suas perspectivas de futuro.

É certo que as palavras anteriores subentendem essa preocupação e a leitura que vou fazendo da realidade. Reflectem o desgosto por

estar a assistir a um processo evitável de empobrecimento colectivo em bem-estar e qualidade de vida para a generalidade dos cidadãos e cidadãs de todas as idades, por constatar que para vastos sectores da população portuguesa se estão a atingir níveis inesperados de precariedade material e risco de pobreza; o desemprego assume, cada vez mais, carácter estrutural dentro do actual modelo económico e atinge, hoje, um número anormalmente elevado e crescente de pessoas e famílias inteiras, algumas das quais privadas de qualquer apoio social, esgotado que foi o período fixado para o subsídio de desemprego.

Vejo com apreensão que crescem as desigualdades na repartição do rendimento e da riqueza e acumulam-se no topo da pirâmide incalculáveis fortunas socialmente improdutivas, o que, além do seu carácter de injustiça social, vem alimentando uma perigosa tensão sociopolítica e uma maior propensão à anomia social, com consequências sérias que prejudicam a desejada coesão social. estas situações estão diagnosticadas e estatisticamente avaliadas.

Convém, porém, ter presente que, por detrás dos números, que as estatísticas revelam, estão pessoas de carne e osso que se sentem descartadas e desconsideradas nos seus postos de trabalho, inseguras quanto aos seus rendimentos no futuro, injustiçadas nos seus direitos fundamentais. Há uma dívida social de que pouco se

fala, mas que não cessa de crescer, enquanto os recursos disponíveis na economia são, em boa parte, aspirados pelos encargos com os juros pagos por dívidas aos credores.

A actividade produtiva em alguns sectores definha e, apesar de iniciativas pontuais de inovação e de êxito nos mercados internacionais, falta uma estratégia de conjunto, tecnicamente bem fundamentada e devidamente concertada a nível político, capaz de valorizar os recursos potenciais do País, incluindo os seus recursos humanos, de conhecimento e de organização e capaz de os adequar às necessidades da população e dos seus territórios e ao bem comum.

Se quisermos arrepiar caminho, teremos de começar por colocar no lugar certo as finalidades que, como povo, desejamos alcançar. Grande desafio este para a Ciência Económica que, assumindo-se como uma ciência de meios, não raro se dispensa de explicitar os objectivos visados e, menos ainda, se preocupa em os avaliar criticamente, à luz de critérios de Ética e de Justiça social.

No caso presente, esta é uma questão crucial para a política económica nacional e para o futuro do País. Uma certa obsessão com a dívida soberana e com o equilíbrio das contas públicas, custe o que custar, tem impedido que se estabeleçam objectivos e metas

de desenvolvimento e se aclarem os contornos desse desenvolvimento e do modelo que lhe subjaz.

A tarefa estaria facilitada se, no âmbito da União Europeia, em que Portugal está integrado como estado membro de pleno direito, e particularmente se, no espaço da zona euro a que também pertence, soprassem ventos mais favoráveis dos que os actuais e fossem mais aperfeiçoadas as estruturas de governação e mais democrático o seu funcionamento. Todavia, mesmo com ventos adversos, não só é possível continuar a navegar como o navegador experiente sabe aproveitá-los em favor do rumo que deseja alcançar. É, pois, de navegadores informados e experientes que o país carece.

Ao contrário do que por vezes se procura fazer crer, Portugal é um País rico em recursos potenciais ainda por explorar; a sua população, sobretudo a mais jovem, adquiriu nas últimas décadas bons níveis de conhecimento científico e elevada qualificação profissional; dispõe de uma razoável organização social, incluindo uma vasta e diversificada rede de instituições de economia solidária e social; pode beneficiar de valiosos contactos à escala mundial desde que valorizados por uma diplomacia assertiva e convertidos em sinergias positivas; tem uma longa história como Nação e um

vasto e rico património cultural. Todos estes recursos devem ser assumidos e colectivamente valorizados. Neles residem as perspectivas de um futuro melhor e não podem, por isso, ficar de fora do perímetro de uma Ciência Económica que incorpore a devida preocupação de utilidade social.

Reconheço que não está nas atribuições da Universidade substituir-se aos responsáveis políticos, aos governos e demais órgãos de soberania, mas como parte integrante da sociedade civil, particularmente qualificada que é, deve assumir a responsabilidade de fazer ouvir a sua voz produzindo conhecimento e tornando-o disponível à comunidade.

Aceito com humildade a atribuição do grau de doutor *honoris causa* que a Universidade Técnica de Lisboa entendeu por bem atribuir-me e faço votos de que esta sessão pública seja um contributo positivo, ainda que modesto, para construir um futuro mais esperançoso, para os nossos concidadãos e concidadãs, na rota da prosperidade, da justiça, da liberdade, da democracia e da paz.

Muito obrigada!

21 Junho 2013

Manuela Silva